



Reflexões da Apetro para a
preparação da

Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2023

6 outubro de 2022

01. Objetivo

Estando em fase final de preparação a proposta de lei para o Orçamento de Estado de 2023, pretende a Apetro recordar ao Governo e, posteriormente, à Comissão do Orçamento e Finanças, algumas das preocupações do setor que representa.

Dividiremos os nossos comentários em dois grupos: equidade fiscal e soluções para mitigar a crescente crise energética e de alta de preços.

02. Equidade Fiscal

Relativamente a este tema que temos repetidamente suscitado, recordamos que há várias situações em que o GPL é tratado de forma não equitativa em relação ao Gás Natural. Atendendo a que por um lado se trata de dois vetores energéticos com impacto ambiental idêntico, e, por outro lado, que o GPL, nomeadamente através da sua versão em garrafas, tem uma cobertura geográfica sem limitações, chegando a muitas populações em que a alternativa do acesso à rede de gás natural não existe, não se compreende esse tratamento do ponto de vista económico, ambiental e social.

Também na vertente da mobilidade gostaríamos que fosse considerado o fim da discriminação entre o [GPL Auto e o Gás Natural Veicular](#), já que ambos podem contribuir de forma semelhante para os objetivos, quer de redução de emissões de GEE quer da melhoria da qualidade do ar nos centros urbanos. O GPL Auto apresenta ainda a vantagem de existir já uma rede de postos de abastecimento que cobre todo o país, bem como um parque automóvel, preparado de fábrica ou adaptado, com algum significado. No documento anexo apresenta-se uma exposição já anteriormente feita ao Governo.

03. Medidas para mitigação dos efeitos da crise energética e da alta de preços

Em relação ao IVA gostaríamos que pudesse ser considerada a aplicação de uma taxa reduzida para o GPL e, se possível, para os combustíveis líquidos.

No que se refere ao ISP sugerimos a manutenção das medidas adotadas em 2022, pelo menos enquanto o atual clima de crise se mantiver, nomeadamente:

- Suspensão da atualização da taxa de carbono
- Redução do ISP na gasolina e gasóleo rodoviário

Para além disso, e face à previsível utilização crescente do gasóleo de aquecimento, face à escalada dos preços do gás natural e da eletricidade, sugerimos que uma medida temporária de redução do ISP fosse considerada.

A isenção de ISP dos biocombustíveis avançados deveria manter-se. Deveria ainda ser considerada a possibilidade de taxar de forma diferente os restantes biocombustíveis que hoje, independentemente do seu desempenho ambiental, são taxados em sede de ISP da mesma forma que os combustíveis fósseis.

Na medida do possível deveria evitar-se o agravamento do ISP em todos os produtos energéticos.

06/10/2022